

Atividade 3 - Dilema Ético em IA

Disciplina: Design Profissional

Curso: Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Aluno: Raphael Camilo

Data: Setembro/2025



Caso escolhido: Reconhecimento Facial.

O reconhecimento facial é uma tecnologia de Inteligência Artificial cada vez mais usada em segurança, vigilância e autenticação. No entanto, apresenta dilemas éticos significativos, que envolvem viés, privacidade, impacto social e governança. A seguir, aplicamos o método de análise ética para refletir sobre esse caso.

1. Análise pelo Método de Tomada de Decisão.

Viés e Justiça:

- Viés de dados: bases pouco representativas (maioria de rostos brancos e masculinos).
- Viés de algoritmo: taxas de erro mais altas para negros, asiáticos e mulheres. - Grupos afetados: minorias étnicas, mulheres e pessoas de baixa renda.
- Distribuição justa? Não. Benefícios ficam concentrados em segurança, riscos em grupos vulneráveis.

Transparência e “Explicabilidade”:

- Muitos modelos são 'caixas-pretas'.
- Cidadãos não conseguem entender ou contestar decisões.
- Falta de “explicabilidade” viola governança em IA.

Impacto Social e Direitos:

- Mercado de trabalho: cria funções em segurança, mas reduz privacidade em larga escala.
- Autonomia: indivíduos perdem controle sobre uso de suas imagens.
- Direitos fundamentais: risco de violação da LGPD por tratamento de dados biométricos sem consentimento.

Responsabilidade e Governança:

- Equipes poderiam ter usado bases mais diversas e auditorias externas de viés.
- Princípios de Ética de IA: inclusão, justiça, “explicabilidade”.
- Regulamentações: LGPD (Brasil), GDPR (Europa), legislações locais em discussões sobre restrições do reconhecimento facial.



2. Posicionamento

O reconhecimento facial não deve ser totalmente banido, mas sim regulado e redesenhado para ser mais ético.

Recomendações práticas:

- Auditorias obrigatórias de viés para garantir equidade entre grupos.
- Uso restrito e regulamentado, apenas em contextos críticos e com supervisão humana.
- Transparência e consentimento: cidadãos devem saber quando são monitorados e ter direito de contestar.

3. Conclusão

A análise mostra que o reconhecimento facial, apesar de útil, apresenta riscos éticos sérios.

Regulamentação, transparência e inclusão são essenciais para equilibrar benefícios e proteger direitos fundamentais.

